

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Crédito para Agricultura Familiar

Período de Análise: 01/03/2016 a 31/03/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira, Daniele Rocha e Marielle Mattos

Índice

Plano Safra em debate. Juliana Reis – Site do MDA. 03/03/2016.	4
Crédito para o desenvolvimento rural. Mateus Zimmermann – Site do MDA. 03/03/2016.	5
Incra/RS participa de lançamento do Plano de Agroecologia e Produção Orgânica – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 04/03/2016	6
Garantia de Preços para sete produtos – Site do MDA., 09/03/2016.....	8
Débitos dos agricultores do Semiárido continuam fora da Dívida Ativa da União. Inez De Podestà – Site do MAPA. 09/03/2016.	8
CEARÁ: PAA beneficia agricultores familiares de seis municípios – Site da CONAB. 09/03/2016.	9
Ministério e Sebrae discutem desburocratização das pequenas agroindústrias. Priscilla Mendes – Site do MAPA. 10/03/2016.	10
Famílias assentadas têm assistência técnica garantida em Santa Catarina – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 11/03/2016.....	11
Cultura do café melhora renda para 300 famílias assentadas no Acre – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 11/03/2016.....	12
Sete produtos da agricultura familiar receberão bônus em março – Site da CONAB. 11/03/2016.....	13
Ceará: Conab executa PGPM-Bio no interior do estado – Site da CONAB. 15/03/2016.....	13
Incra e Governo do Piauí vão investir em regularização fundiária e fomentar produção nos assentamentos – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 16/03/2016.....	14
Assentadas assinam 59 créditos do Fomento Mulher em Petrolina/PE – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/03/2016.....	15
Quase 39 mil agricultores receberão o Garantia-Safra – Site do MDA. 17/03/2016.	15
Ater ajuda na garantia de renda de agricultoras da Bahia – Tássia Navarro. Site do MDA. 18/03/2016.....	17
ESPÍRITO SANTO: Associações recebem incentivo financeiro – CONAB. 18/03/2016.....	18
Sustentabilidade ambiental é discutida em encontro de Ater – Site do MDA. 21/03/2016.....	19
Incra/PI e Prefeitura de Altos assinam acordo de cooperação em benefício de 1,2 mil mulheres assentadas – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 22/03/2016.....	20

Juventude demanda políticas especializadas de Ater – Site do MDA. 28/03/2016..	21
Pronaf define futuro de jovem rural – Site do MDA. 30/03/2016.....	22
Plano Safra ganha destaque em reunião do Consea. Flávia Dias – Site do MDA. 30/03/2016.....	24
Assentadas catarinenses recebem crédito para investir em projetos produtivos – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/03/2016	25
Ministério pede dedução de despesas financeiras do Imposto de Renda para cooperativas. Ana Carolina Oliveira – Site do MAPA. 30/03/2016.....	26

Plano Safra em debate. Juliana Reis – Site do MDA. 03/03/2016.

Com o objetivo de evoluir no processo de construção participativa do Plano Safra da Agricultura Familiar, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) está organizando uma série de reuniões, tanto no âmbito governamental quanto da sociedade civil. Os encontros visam fazer o balanço da aplicação das políticas públicas até agora, além de projetar o desenho do novo Plano de acordo com as necessidades levantadas. Nesta quinta-feira (3), o debate, que faz parte do ‘Diálogos do Condraf’, foi com os **representantes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**.

“A ideia é que cada vez mais a gente faça uma compreensão e evolução do lançamento do Plano Safra como sendo o anúncio das prioridades da agricultura familiar, para este próximo período, não apenas um anúncio de crédito. Atualmente, já estamos inaugurando temas e um conjunto de políticas e ações para o setor. Mas queremos dar mais um passo, para tenhamos efetivamente um documento consistente que oriente toda a agenda da agricultura familiar, que tenha sido construída de forma participativa”, apontou o secretário de Agricultura Familiar do MDA, Onaur Ruano, aos participantes.

Além de anunciar recursos, juros e limites de operações para a próxima safra, o Plano Safra 2016/2017 deve dar atenção especial a outros pontos, como: produção de alimentos, estímulo ao cultivo agroecológico e orgânico, fortalecimento do cooperativismo e agroindústrias, e o incentivo a inovação tecnológica. Na oportunidade, os movimentos sociais apontaram algumas questões importantes, como o aprofundamento de políticas estruturantes e a necessidade de pensar a agricultura familiar de acordo com a diversidade que ela representa, desde as especificidades regionais até as diferenças econômicas dos públicos.

“Esse diálogo é muito importante para o aprimoramento do Plano Safra. Esperamos, com isso, aumentar a gama do conjunto de políticas disponibilizadas e também ampliar o público que consegue ter acesso a essas políticas. Como resultado, esperamos ampliar a quantidade e da qualidade da produção de alimentos no Brasil, principalmente alimentos saudáveis”, destacou Silvana Bastos, agricultora da Rede Cerrado.

Este modelo de elaboração é uma novidade que está sendo implantada para o Plano Safra 2016/2017, que, primeiramente, antecipou o calendário de elaboração de propostas e criou uma agenda de reuniões semanais, com as diversas áreas do Ministério, desde janeiro. E também passou a incluir maior número de atores – de dentro e fora do MDA,

em todas as etapas do processo. A iniciativa estimula a contínua revisão das políticas e busca informações que possam aprimorar as novas ações.

Ao todo, cerca de **50 representantes** do poder público e de movimentos sociais estiveram presentes no evento. O Plano-Safra 2016/2017 entra em vigor em 1º de julho deste ano até 30 de junho de 2017.

Crédito para o desenvolvimento rural. Mateus Zimmermann – Site do MDA. 03/03/2016.

Sicoob presta homenagem a parceiros que contribuem para a promoção da agricultura familiar

O acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), é fundamental para garantir o desenvolvimento do Brasil rural e a produção de alimentos saudáveis. Para comemorar a marca de R\$ 1 bilhão em operações contratadas, por 14.871 famílias, pelo Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), a ministra interina do Desenvolvimento Agrário (MDA), Maria Fernanda Coelho, se encontrou na tarde desta quinta-feira (3), em Brasília, com dirigentes das cooperativas do sistema.

Ao falar para representantes das cooperativas, presentes no auditório da sede do Sicoob, Maria Fernanda destacou a importância da parceria do MDA com cooperativas de crédito. “As cooperativas representam parceiros essenciais, para que possamos ter implementadas as políticas públicas e para a democratização de acesso ao crédito. Elas estão presentes nas diversas regiões do país, estimulando a produção de alimentos saudáveis”.

A ministra interina também ressaltou que o acesso ao crédito auxilia na redução da pobreza rural. “O crédito, sem dúvida, é um dos grandes responsáveis pelo aumento da renda, com ganho real dos agricultores familiares. Sabemos que todos estes avanços refletem na melhoria de toda a sociedade brasileira, principalmente no meio rural, com a redução das desigualdades, maior inclusão social e produtiva e aumento da renda e do emprego”. Maria Fernanda ainda reconheceu o trabalho realizado pelas cooperativas na educação financeira, em especial o bom uso do crédito.

O diretor do Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob) – instituição ligada a Sicoob, Marco Aurélio Almada, avaliou que o sistema Sicoob tem condição de ampliar ainda mais a

oferta de crédito para os agricultores familiares. “Chegar a R\$ 1 bilhão foi mais difícil do que vai ser chegar a R\$ 2 bilhões, porque hoje nós já temos a tecnologia, já temos as pessoas das cooperativas qualificadas, e um conhecimento mais profundo desse produto”.

Também foram homenageados pelo Sicoob, o coordenador-geral de Seguro da Agricultura Familiar do MDA, José Carlos Zukowski; o diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção do MDA, João Guadagnin; e o coordenador do Garantia-Safra no MDA, Roberto Henrique do Prado.

Cooperativas de crédito

O Sicoob está presente em 25 estados e no Distrito Federal, e possuiu mais de três milhões de cooperados em todo o país. Composto por cooperativas singular e cooperativas centrais, a rede da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob e o Bancoob possui mais de 2,4 mil postos de atendimento.

Do montante de R\$ 1 bilhão, operacionalizado atualmente pelo Sicoob, a maior parte contratada é na modalidade investimento - sendo 70% investimento e 30% custeio.

Incra/RS participa de lançamento do Plano de Agroecologia e Produção Orgânica – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 04/03/2016

A Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul integra o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Pleapo-RS), lançado nesta quinta-feira (3), em cerimônia realizada no Palácio Piratini, em Porto Alegre. O Plano reúne iniciativas para o desenvolvimento rural sustentável, entre elas a manutenção do programa de assistência técnica a agricultores da reforma agrária.

Construído por um comitê gestor com representantes de cerca de 40 instituições - como o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), órgãos federais, secretarias de Estado, universidades e organizações não-governamentais (ONGs) -, o Plano possui cerca de 200 páginas, contendo diagnóstico e descrição de ações.

As atividades serão executadas no período de 2016 a 2019, para atender aos princípios de desenvolvimento sustentável, preservação e conservação ecológica com inclusão social, segurança e soberania alimentar e diversidade agrícola, biológica, territorial, da paisagem e cultural.

A meta apresentada pelo Incra/RS foi o apoio à produção agroecológica e à certificação de orgânicos para 12 mil famílias assentadas, por meio do acompanhamento de três prestadoras de assistência técnica contratadas.

O representante do Incra/RS no comitê gestor, Decio Monteiro, destaca a importância da parceria interinstitucional. “Se traduz em um esforço de várias entidades para apresentar à sociedade um modelo que resgata, em parte, sistemas de produção e de alimentação que respeitam a integração entre o ser humano e a natureza”, afirma.

Segundo o servidor, a agroecologia não possui função apenas nutricional ou ambiental, mas influencia aspectos sociais (opção por um modo de vida), econômicos (fontes de renda), políticos (noções de ocupação e uso dos territórios) e culturais (reconstrução de hábitos alimentares). “Todos se desdobram na visão, relação e uso sustentável deste limitado bem chamado terra”.

Monteiro participou do lançamento do Plano, juntamente com o delegado do MDA no Estado, Marcos Regelin. O dirigente ressaltou que o documento estadual dialoga com o Plano Nacional de Agroecologia e que o MDA atua no assessoramento de "produtores que buscam uma produção mais sustentável e alimentos livres de agrotóxicos, pensando em uma alimentação mais saudável e em contribuir com a

A gestão e o monitoramento do Pleapo serão exercidos pela Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), com apoio do comitê gestor. O Termo de Cooperação Técnica entre o Incra/RS e o Governo Estadual (SDR) foi publicado na quarta-feira (2) no Diário Oficial do Estado, visando a implementação do Plano por meio do incentivo aos modos agroecológicos e orgânicos de produção, à transição de sistemas e à adoção de tecnologias de menor impacto ambiental e que atendam o disposto na Lei Estadual nº 14.486/2014 e no Decreto nº 51.617/2014.

Segundo o Termo, o Incra/RS deve disponibilizar meios necessários para a implantação das ações propostas para compor o Pleapo-RS, bem como propor atividades que apoiem o processo de transição agroecológica e certificação orgânica. Ainda prestar informações para o monitoramento e acompanhamento da execução das metas à coordenação do comitê gestor e elaborar o relatório anual das tarefas executadas.

Não está previsto qualquer tipo de repasse financeiro direto entre os partícipes do Termo. Os recursos serão viabilizados por dotações próprias de cada instituição ou por meio de contratos ou convênios específicos a cada ação.

Garantia de Preços para sete produtos – Site do MDA., 09/03/2016.

Em março, os agricultores familiares que acessaram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) terão descontos no pagamento dos financiamentos nas seguintes culturas: babaçu (amêndoa), borracha natural cultivada, cacau (amêndoa), cana de açúcar, feijão caupi, trigo e triticale. A **lista completa** foi publicada no Diário Oficial da União, nesta quarta-feira (9).

Os sete produtos tiveram o valor de mercado abaixo do preço de garantia - definido com base no custo de produção, do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF). A dedução vale para o período de 10 de março a 9 de abril de 2016, com referência nos preços praticados no mercado no último mês de fevereiro.

O babaçu está com bônus em cinco estados: com 57,43% em Tocantins, 55,82% no Pará, 45,78% no Maranhão, 43,78% no Ceará e 34,94% no Piauí. Já o triticale em dois estados: 8,26% em Santa Catarina e 9% no Paraná.

O bônus é calculado mensalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e divulgado pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA). A Conab faz um levantamento nas principais praças de comercialização dos produtos da agricultura familiar e que integram o PGPAF.

Vantagens

Quando os preços caem, a dívida junto ao agente financeiro também é reduzida na mesma proporção, mantendo a capacidade de pagamento dos agricultores familiares. O PGPAF é bom para o governo, pois contribui para a manutenção da capacidade de pagamento do produtor, e é bom para o produtor, que pode planejar os investimentos e o custeio da safra com equivalência em produtos.

Débitos dos agricultores do Semiárido continuam fora da Dívida Ativa da União. Inez De Podestà – Site do MAPA. 09/03/2016.

Medida vale até o fim deste ano e permite ao produtor ter acesso a crédito

A inscrição dos débitos dos agricultores do Semiárido brasileiro na Dívida Ativa da União permanece suspensa até 31 de dezembro de 2016. Esses produtores são da região da

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que compreende os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, da Bahia e de partes de Minas Gerais e do Espírito Santo. Desde 2012, o Semiárido vem sendo castigado por uma das piores secas dos últimos 50 anos.

A decisão, tomada pela área econômica do governo, está na Medida Provisória (MP) nº 707/2015. O prazo anterior era 31 de dezembro de 2015.

Para o agricultor, ficar com o nome fora da Dívida Ativa da União significa, por exemplo, que seu nome não será incluído no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e ele poderá continuar tomando empréstimo nos bancos.

A MP também suspendeu a execução judicial referente às dívidas de crédito rural, originalmente contraídas até 31 de dezembro de 2006.

Os benefícios valem para todos os municípios do Semiárido, e não apenas aos que decretaram estado de calamidade pública ou situação de emergência por causa da seca. A medida é resultado da gestão da ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) em relação às dívidas dos produtores da região, a maioria donos de pequenas propriedades rurais.

Em dezembro do ano passado, a ministra se reuniu com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Tarcísio Godoy, para tratar do assunto. Na época, Kátia Abreu também recebeu parlamentares da bancada nordestina, que pediram apoio aos produtores da região.

CEARÁ: PAA beneficia agricultores familiares de seis municípios – Site da CONAB. 09/03/2016.

Um total de 186 agricultores familiares do estado do Ceará estão sendo beneficiados com R\$ 1,47 milhão de reais do governo federal. Os recursos estão sendo aplicados na compra de cerca de 300 toneladas de produtos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Modalidade Compra com Doação Simultânea, operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O apoio à comercialização da produção familiar abrange seis localidades do Ceará: Juazeiro do Nordeste, São João do Jaguaribe, Viçosa do Ceará, Morada Nova, Parambu e Alto Santo. A compra inclui banana prata, batata doce, carne (bovina, caprina, ovina, suína), galinha, ovos, queijo coalho, dentre outros produtos.

Os alimentos são adquiridos diretamente dos agricultores familiares por meio de associações ou cooperativas, e destinados a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pela rede socioassistencial, pela rede pública e filantrópica de ensino e saúde, e pelos equipamentos de alimentação e nutrição e de segurança pública. Cerca de 17 mil consumidores devem ser beneficiados nesta operação.

Ministério e Sebrae discutem desburocratização das pequenas agroindústrias. Priscilla Mendes – Site do MAPA. 10/03/2016.

Uma das propostas visa a alinhar a regulamentação dos estabelecimentos com o Simples Nacional

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) debateu com o diretor-presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Guilherme Afif Domingos, instrumentos para desburocratizar a atividade das pequenas agroindústrias.

Mapa e Sebrae trabalham para compatibilizar a regulamentação das pequenas agroindústrias com a lei do Simples Nacional (Lei Complementar 123/2006), especialmente em relação à fiscalização orientadora das microempresas e empresas de pequeno porte. A legislação determina que esse tipo de fiscalização deverá ter natureza prioritariamente de orientação, inclusive em relação a aspectos sanitários.

Kátia Abreu afirmou que, a fim de reduzir cobranças incompatíveis com o tamanho da atividade dos estabelecimentos, o Mapa vai flexibilizar exigências em relação à estrutura física e equipamentos. Serão contempladas as pequenas agroindústrias de lácteos, mel, ovos, pescados, aves e embutidos. Hoje em dia, grande parte desses agricultores tem dificuldade de se regularizar porque as normas levam em conta apenas a realidade das agroindústrias de maior porte.

Durante a reunião, nessa quarta-feira (9), Kátia Abreu e Afif também trataram ainda dos projetos de assistência técnica e extensão rural que estão sendo conduzidos pelo Mapa em parceria com o Sebrae.

Famílias assentadas têm assistência técnica garantida em Santa Catarina – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 11/03/2016

As famílias assentadas pela reforma agrária em Santa Catarina têm garantida a prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) até março de 2017. Dois termos aditivos ao contrato em vigor foram assinados nesta última quinta-feira (10) entre a Superintendência Regional do Incra e a Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva (Cooptrasc), no valor total de R\$ 7.636.480,51, e vão assegurar os serviços.

O superintendente substituto do Incra/SC, João Paulo Strapazzon, destacou que os serviços de Ater representam a principal política pública voltada para os assentamentos de Santa Catarina. Para ele, a repactuação dos contratos representa a aplicação de valores expressivos no programa de reforma agrária, “o que denota o interesse da superintendência do Incra no desenvolvimento dos assentamentos, que estão entre os melhores do país”.

Há cinco anos a Cooptrasc presta serviços de Ater a todas as famílias assentadas em território catarinense, promovendo e oferecendo, além dos serviços básicos de assistência técnica, oficinas de educação ambiental, cursos, intercâmbio, dias de campo e outras atividades que auxiliam na organização e na produção das famílias. Divididos em onze núcleos, cerca de 60 profissionais de diversas áreas mantêm contatos contínuos com os agricultores assentados.

O presidente da Cooptrasc, Leandro Klemann, acredita que a assistência técnica prestada deve melhorar bastante a partir de agora, pois a equipe de profissionais é praticamente a mesma desde o início e “o vínculo técnico/família acaba gerando laços importantes, que resultam em uma maior confiança das famílias e consequente aceitação das orientações técnicas por elas recebidas”, afirmou.

Os serviços de Ater prestados durante o ano passado ganharam em qualidade devido ao uso de informações sistematizadas no Sistema Integrado de Gestão Rural da Ates/Ater (Sigra). Esse sistema é uma ferramenta que organiza e gerencia um banco de dados e que

gera informações atualizadas sobre a situação social, econômica e ambiental dos assentamentos, o que possibilita bases mais sólidas para um planejamento mais seguro.

Para o próximo período de serviços de Ater, o presidente da Cooptrasc disse que os técnicos devem aprimorar o trabalho conjunto com as cooperativas e organizações produtivas instaladas nos assentamentos. “O desafio é vincular os técnicos de Ater às cadeias produtivas existentes nas diversas regiões e gerar maior renda para as famílias, que é sempre o objetivo que a gente busca”, disse Klemann.

Cultura do café melhora renda para 300 famílias assentadas no Acre – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 11/03/2016

O Programa Estadual de Fortalecimento da Cafeicultura no Acre entregou de mais de um milhão de mudas para agricultores familiares no estado. O número foi divulgado nesta terça-feira, 9, durante cerimônia de balanço do programa. A parceria entre o Incra e o governo do Acre já beneficiou 300 famílias de agricultores assentados.

O programa iniciado em 2013 fomenta desde a produção de mudas até o beneficiamento e comercialização da produção. O Incra participa diretamente do projeto por meio do programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – Ates, infraestrutura básica das estradas vicinais, aplicação de recursos do Programa de Crédito Instalação e liberação de declarações de aptidão para acesso ao Pronaf A. O resultado é o aumento da produção e melhoria de renda nos assentamentos. Também estão previstos novos investimentos do instituto em agroindústrias por meio do programa Terra Sol.

A produção do café no Acre, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi elevada de 22.900 para 28.000 sacas, o que aponta um crescimento de mais de 20% da produção em cinco anos.

O superintendente do Incra/AC, Márcio Alécio, reforçou que os resultados são importantes para a cadeia produtiva do café nos assentamentos. “Isso mostra o valor da agricultura familiar e o quanto um projeto bem desenvolvido é importante para a qualidade de vida e geração de renda do homem do campo”, afirmou Alécio.

O governador Tião Viana reconheceu o Incra como grande parceiro. “Apostamos em uma economia com base diversificada, com cada trabalhador podendo gerar sua riqueza”, disse.

Além do Incra, governo do Estado e prefeitura de Rio Branco participaram da agenda representantes do Banco da Amazônia, Ministério da Agricultura, Federação das Indústrias do Acre (Fieac), produtores de café, Embrapa e alguns parlamentares.

**Sete produtos da agricultura familiar receberão bônus em março – Site da CONAB.
11/03/2016.**

Neste mês de março, os agricultores familiares que produzem babaçu, borracha natural, cacau, cana-de-açúcar, feijão caupi, trigo e triticale terão descontos automáticos no pagamento de financiamentos obtidos pelo Programa Nacional de Apoio À Agricultura Familiar (Pronaf). O bônus é dado por meio do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF).

O percentual do desconto é calculado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para os produtos que, no mês anterior, ficaram abaixo do preço mínimo estabelecido pelo governo federal. A lista de março foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), no último dia 9.

Os descontos foram calculados com base no preço de mercado de fevereiro e têm validade entre 10 de março e 9 abril. O babaçu terá bônus em cinco estados: Pará (55,82 %), Tocantins (57,43 %), Ceará (43,78 %), Maranhão (45,78 %) e Piauí (34,94 %). Com relação aos demais produtos, a borracha natural terá bônus em Goiás (11,5 %); cacau, no Amazonas (19,31 %); cana-de-açúcar, no Ceará (0,27 %) e Espírito Santo (10,05 %); feijão caupi, no Amazonas (5,26 %); trigo, no Rio Grande do Sul (3,06 %); e triticale, no Paraná (9 %) e em Santa Catarina (8,26 %).

A Conab faz mensalmente o levantamento de preços praticados nas principais praças de comercialização dos produtos da agricultura familiar contemplados pela PGPAF. A lista de produtos é definida uma vez ao ano pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

**Ceará: Conab executa PGPM-Bio no interior do estado – Site da CONAB.
15/03/2016.**

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce), está executando a Política de

Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) no município do Crato. O foco é a produção de macaúba, sendo a primeira operação realizada no estado para o produto.

Estão sendo disponibilizados R\$ 12.264,00 a cinco extrativistas, pela comercialização de 43,8 mil quilos de macaúba a valores abaixo do mínimo estabelecido pelo governo federal. O produto foi vendido em janeiro a R\$ 0,17 o quilo, enquanto o preço mínimo da atual safra é de R\$ 0,45 por quilo. Assim, o valor pago como subvenção foi de R\$ 0,28 por quilo.

Incra e Governo do Piauí vão investir em regularização fundiária e fomentar produção nos assentamentos – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 16/03/2016

O governador do Piauí, Wellington Dias, discutiu investimentos na infraestrutura dos assentamentos de reforma agrária e na regularização fundiária de áreas rurais no estado durante encontro com a presidente do Incra, Maria Lúcia de Oliveira Falcón, nesta quarta-feira (16), na sede da autarquia em Brasília.

Dias destacou o apoio do executivo estadual aos agricultores familiares e a parceria com o Incra, por intermédio do Instituto de Terras do Piauí, na regularização fundiária de posses. “A titulação é fundamental para o desenvolvimento do estado”, disse. Ele enfatizou também a importância do acordo de cooperação técnica que será firmado com a autarquia para elaboração de projetos produtivos visando a aplicação de recursos do programa de Crédito Instalação. “Vamos fomentar a atividade produtiva nos assentamentos, priorizando projetos de geração de renda para as mulheres.”

Lúcia Falcón ressaltou que o interesse do estado em apoiar projetos de desenvolvimento dos assentamentos vai estimular a produção e a geração de renda nas áreas de reforma agrária no Piauí. Ela afirmou ainda que a parceria para regularização fundiária de posses vai garantir segurança jurídica no campo e o acesso às políticas públicas. A presidente disse que buscará alternativas para viabilizar projetos no estado.

O encontro contou a participação do secretário de Representação Política do Piauí, Roberto John, do deputado estadual Francisco Lima, do diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Incra, César Aldrighi, do coordenador geral de

Desenvolvimento de Assentamentos, Wilson Bonfim, e do chefe de gabinete da autarquia, Luiz Oliveira.

Assentadas assinam 59 créditos do Fomento Mulher em Petrolina/PE – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/03/2016

A Superintendência Regional do Incra no Médio São Francisco, com sede em Petrolina (PE), participou, na tarde desta terça-feira (15), de solenidade organizada pela Associação do Assentamento Água Viva em parceria com o Movimento Social e a prestadora de Serviço de Assistência Técnica, na qual, foram assinados 59 contratos de crédito Fomento Mulher. O evento aconteceu na Sede da Associação da Agrovila II.

O crédito Fomento Mulher é aplicado pelo Incra para mulheres assentadas que são atendidas pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). É necessário ter o cadastro atualizado no Incra, estar inscrita no CadÚnico e não ter recebido crédito Apoio Mulher anteriormente. O valor do crédito é de até R\$ 3 mil por mulher assentada.

O crédito pode ser utilizado para diversas atividades, entre as quais: implantação de quintais produtivos - que é o cultivo de hortaliças, árvores frutíferas, plantas medicinais - , e a criação de animais de pequeno porte, como ovino, cabrino e galinhas caipira. O Recurso também pode ser usado para a aquisição de ferramentas, máquinas ou produtos que possam alavancar alguma atividade econômica. Por isso, a necessidade da aprovação de um projeto produtivo.

Para a vice-presidente da associação, Marlene Joanada Conceição, o Fomento mulher representa mais uma etapa de desenvolvimento para o assentamento. “Agora poderemos ampliar a criação e o desenvolvimento dos nossos lotes para aumentar a nossa renda” comemora.

Quase 39 mil agricultores receberão o Garantia-Safra – Site do MDA. 17/03/2016.

Para auxiliar agricultores familiares que se encontram em municípios do Nordeste e do Semiárido sujeitos a perdas de safra devido à seca ou ao excesso de chuvas, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) autorizou, para março, o pagamento do Garantia-Safra a 38.743 agricultores familiares de 71 municípios dos estados de Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Os pagamentos são referentes à safra 2014/2015. Os novos beneficiários foram incluídos para receber a primeira parcela do benefício. A medida está na **portaria** publicada no Diário Oficial da União, desta quinta-feira (17).

O benefício é pago em cinco parcelas de R\$ 170 cada, totalizando R\$ 850 por agricultor. Os pagamentos seguem as mesmas datas definidas pelo calendário de benefícios sociais da Caixa Econômica Federal. A cada mês uma nova portaria é publicada incluindo novos beneficiários.

Como aderir

O agricultor deve verificar se sua cidade participa do Garantia-Safra. Para isso, o município deve assinar o Termo de Adesão com o governo estadual e definir a quantidade de agricultores que vão participar em sua jurisdição.

Para se inscrever, o agricultor deve procurar o escritório local de assistência técnica ou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município onde vive. Depois deve procurar a Prefeitura para receber um boleto e fazer a adesão ao Garantia-Safra. O pagamento do boleto deve ser feito em uma agência da Caixa Econômica Federal ou correspondente bancário, dentro do prazo definido para seu município. A adesão deve ser realizada antes do plantio.

Quem tem direito

Podem participar do Garantia-Safra agricultores familiares, com renda familiar mensal de, até, um salário mínimo e meio, e que possuem área total a ser plantada de, no mínimo, 0,6 hectares e, no máximo, cinco hectares.

Podem receber o pagamento agricultores aderidos ao benefício e que estejam em municípios com perda comprovada de, pelo menos, 50% do conjunto da produção de feijão, milho, arroz, mandioca e algodão.

O benefício do Garantia-Safra é pago com recursos do Fundo Garantia-Safra, composto por contribuições do agricultor, do município, do estado e da União.

Ater ajuda na garantia de renda de agricultoras da Bahia – Tássia Navarro. Site do MDA. 18/03/2016.

No Povoado de Lagoa do Peixe, em Barra do Mendes (BA), a 534 quilômetros da capital, Salvador, a agricultora familiar Ivanice Rosa de Souza Silva, 32 anos, se juntou a mais 19 trabalhadoras rurais para montar uma cozinha comunitária. Muitas delas viviam apenas em função da produção para consumo próprio e não conseguiam renda com isso.

Frutas como manga, acerola e umbu estragavam nos pés do povoado, por falta de aproveitamento. Hoje, elas viram polpas e são comercializadas em feiras. Também são produzidos outros produtos, como pães, bolos e biscoitos. “Antes nós não tínhamos como processar as frutas e nem como armazenar a polpa. Tudo isso surgiu quando recebemos Ater. Tivemos acompanhamento por dois anos, nos ajudaram a descobrir o que seria ideal desenvolver na nossa comunidade, o que tinha a ver com a nossa realidade, nossa produção”, explica Ivanice, atual presidente da Cozinha Comunitária.

Ivanice conta que, quando o grupo foi selecionado para receber a Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), viu a chance de levar adiante esse sonho. “Antes a gente não sabia que era capaz de construir essa cozinha. Víamos as frutas perdendo e não sabíamos o que fazer. Agora nos sustentamos com nossos produtos”, comenta.

A agricultora lembra que muitas mulheres do povoado não tinham uma visão mais ampla. “Viviam do fogão pra roça, nem na cidade iam. Com a capacitação, muitas delas passaram a ver seus direitos fora daquele espaço. Com esse treinamento vimos que somos capazes de vencer nossas barreiras”, observa.

O projeto foi um incentivo para que essas mulheres e suas famílias permanecessem no campo. Desde os nove anos, Ivanice ia trabalhar na roça com o pai e a mãe, mas achava a rotina difícil. “Eles me ensinaram que a vida no campo tem que ser de perseverança. Hoje, também estamos tentando manter o jovem no meio rural, lá no nosso povoado. Porque sabemos a dificuldade de inseri-los em nossa cultura. Com nossa cozinha comunitária, somos um exemplo para eles”, afirma.

No final de 2014, chegou ao fim o acompanhamento de Ater e o grupo de agricultoras começou a caminhar por conta própria. “Nossa renda começa a nos manter e, como

começamos há pouco, estamos a cada dia evoluindo um pouco mais, batendo meta por meta. Agradecemos a oportunidade do atendimento de Ater porque nos abriu os olhos, e estamos felizes com os resultados”, comemora.

O próximo passo das agricultoras é aprofundar na parte de finanças e administração, para desenvolver mais o projeto. “Equipamos nossa cozinha com dinheiro do Fomento Mulher, o que nos deixou mais fortes. Tinham pessoas que nos diziam que esse programa não ia funcionar e deu certo. Hoje, temos nossa cozinha funcionando e nosso trabalho nos sustentando. Então, temos que continuar nos capacitando, para crescer mais”, ressalta.

ESPÍRITO SANTO: Associações recebem incentivo financeiro – CONAB. 18/03/2016.

Uma associação de pequenos produtores rurais no município de Domingos Martins e outras três de São Mateus foram contempladas na 2ª Chamada Pública do Convênio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Serão repassados R\$ 171.769,00 para investimento em infra-estrutura e aprimoramento dos processos produtivos.

A Associação de Pequenos Agricultores da Região Litoral (APARLI), fundada em São Mateus e que também abrange os municípios de Boa Esperança, Jaguaré, Conceição da Barra e Linhares, foi contemplada com R\$ 21,94 mil. Os recursos serão utilizados em um projeto de estruturação de agroindústria de polpa de frutas na comunidade de Santa Maria e região.

Para a implantação de agroindústria para produção de farinha, a Associação dos Pequenos Agricultores da Região Serrana do Estado do Espírito Santo (APARES) receberá R\$ 49.829,00. Já a Associação de Agricultores Familiares e Assentados de Nestor Gomes (AFANG) terá R\$ 50 mil para adequação de cozinha industrial. Outros R\$ 50 mil foram disponibilizados para a adequação de uma cozinha social para agricultores familiares da Associação dos Pequenos Agricultores do Palmares (APAP).

A parceria da Conab com o banco surgiu para apoiar projetos de organizações produtivas de base familiar que fornecem alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos ou para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ou que operem a Política de Garantia de Preço Mínimo dos Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). O

convênio com o BNDES é mais um importante incentivo para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar no estado. Além de agregar valor à produção camponesa, gera renda e melhores condições de trabalho para o produtor.

Sustentabilidade ambiental é discutida em encontro de Ater – Site do MDA. 21/03/2016.

As políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) devem levar em conta a questão ambiental. Por esse motivo, cerca de cem ativistas ligados ao rural brasileiro estão reunidos na Conferência Nacional Temática de Assistência Técnica, Extensão Rural (Ater) e Meio Ambiente, realizado nesta segunda-feira (21), no Ministério do Meio Ambiente (MMA), em Brasília.

O evento é parte da mobilização para a 2ª Conferência Nacional de Ater (2ª Cnater) que, desde o segundo semestre de 2015, já reuniu 33 mil pessoas em 286 territórios da Cidadania ou Rurais em todo o país. A etapa temática, voltada às questões ambientais, surgiu pela necessidade de preservar os ecossistemas diante das políticas agrárias, considerando a diversidade de biomas no Brasil.

“Como trazer a sustentabilidade ambiental para dentro da Ater? Estamos reunidos hoje para encontrar respostas”, afirmou Everton Ferreira, coordenador geral do Departamento de Ater (Dater/MDA) ao salientar que é necessária a redução e regulação do uso de agrotóxicos, que impedem a produção de alimentos saudáveis e prejudicam o meio ambiente.

Cristina Nascimento, membro da Articulação do Semiárido e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), concorda com Ferreira. “Nós queremos uma Ater que traga consigo a dimensão do respeito ao meio ambiente. Estar neste evento é defender os recursos naturais, mas também a participação popular no governo e a democracia”, disse.

De acordo com o documento-base da conferência, a Política Nacional de Ater e Reforma Agrária (Pnater), instituída por meio da Lei 12.188/2010, já leva em considerações as questões ambientais, porém ainda de forma insuficiente. Por isso a importância de se construir propostas que subsidiem o MDA na execução de políticas qualificadas.

O presidente da Agência Nacional de Ater (Anater), Paulo Guilherme Cabral, afirmou que “os extensionistas rurais têm o dever de promover a mudança junto aos agricultores, apoiando também o extrativismo, a pesca e a convivência com os ecossistemas”, destacou.

A conferência temática deve encaminhar 30 propostas para serem debatidas na etapa nacional – 2ª Cnater, que ocorrerá de 31 de maio a 3 de junho de 2016. Após o processo, um documento vai nortear a política de Ater do MDA pelos próximos anos.

Ater e políticas agroambientais

Atualmente, o MMA executa nove políticas ligadas a Ater e ao meio ambiente. Dentre elas, está o Bolsa Verde, onde famílias que vivem em extrema pobreza e moram em áreas de proteção ambiental recebem capacitações agroambientais e uma bolsa de R\$ 300 a cada trimestre, por dois anos. Essa é uma forma melhorar a condição de vida da população e conservar os recursos naturais.

Incra/PI e Prefeitura de Altos assinam acordo de cooperação em benefício de 1,2 mil mulheres assentadas – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 22/03/2016

Para garantir que as cerca de 1.200 mulheres dos assentamentos localizados no município de Altos tenham acesso ao crédito Fomento Mulher, a Superintendência Regional do Incra no Piauí assinou termo de cooperação técnica com a Prefeitura Municipal de Altos. O acordo foi assinado na manhã do dia 21 de março, no auditório Alberto Barbosa, em Altos.

Para a superintendente substituta do Incra/PI, Natalli Oliveira, o crédito dará mais autonomia às mulheres assentadas. “O acesso ao crédito Fomento Mulher vai proporcionar qualidade de vida para essas famílias, gerando renda e garantindo uma alimentação saudável”.

A implantação de quintais produtivos é uma das atividades em que o crédito Fomento Mulher pode ser utilizado. Os quintais produtivos podem ser usados para cultivar hortaliças, árvores frutíferas, plantas medicinais e para criação de pequenos animais, como porcos e galinhas. O crédito pode ser utilizado também para o desenvolvimento de outras atividades produtivas com foco na geração de renda para as agricultoras assentadas.

O Incra disponibiliza o crédito Fomento Mulher para mulheres assentadas da reforma agrária que são atendidas pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), sendo necessário ter o cadastro atualizado no Instituto, estar inscrita no CadÚnico e não ter recebido o Crédito Instalação na modalidade Apoio Mulher anteriormente. O valor do crédito é de até R\$ 3 mil por mulher assentada.

Juventude demanda políticas especializadas de Ater – Site do MDA. 28/03/2016.

Cerca de 150 jovens de todo o Brasil participaram, nesta segunda-feira (28), da abertura da Conferência Nacional Temática de Assistência Técnica e Extensão Rural para Juventude, em Brasília. Durante dois dias, eles vão propor políticas de Ater específicas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Por conta da falta de oportunidade no meio rural, muitas vezes os jovens migram para os grandes centros urbanos em busca de estudo e trabalho. Luiza Dulci, assessora de Juventude do MDA, acredita que a “Ater é também um mercado de trabalho possível para jovens que estão se formando nas escolas agrícolas pelo Brasil”, por isso, segundo ela, é necessário cada vez mais investimento na área.

Diante das demandas discutidas, destacaram-se também a necessidade de uma formação continuada para técnicos de Ater, com metodologias que dialoguem com os jovens. “A Ater é central para emancipação e autonomia da juventude rural, na inclusão produtiva. Já houve um conjunto de avanços, mas ainda há muitos desafios”, afirmou Germano Barros, membro da organização Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta).

De acordo com Carla Ferreira, do Instituto de Colonização de Reforma Agrária (Incra), dois milhões de jovens estão envolvidos no processo de reforma agrária para as 368.341 famílias assentadas. Uma tentativa de gerar oportunidade aos jovens são as chamadas públicas de Ater. “Nossos critérios de seleção exigem que os técnicos de Ater venham do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), fazendo com que mais jovens participem”, disse.

Desafios

A jovem Valéria Porto, 28 anos, pertence ao quilombo Pau D’arco e Parateca, no Território Velho Chico (BA). Ela afirma que o êxodo rural de jovens é uma questão preocupante para os povos do Campo, Águas e Florestas. “O jovem precisa ficar no rural

para desenvolvê-lo. Pra isso a gente também precisa de chamadas públicas menos burocráticas, de acesso mais simples às políticas”, frisou.

Perspectivas

Apesar do contexto político delicado e dos cortes orçamentários, há um grande esforço do movimento rural de juventude e do MDA para que as demandas sejam atendidas. Em 2012 e 2015, o MDA lançou chamadas públicas de Ater para a Juventude. Outro avanço é que pela primeira vez a juventude rural teve visibilidade nas metas do Plano Plurianual (PPA 2016-2019), com meta de 80 mil jovens atendidos em políticas de Ater, sendo, portanto, uma ação estratégica do MDA nos próximos quatro anos.

Conferência Juventude

A etapa temática, que termina nesta terça-feira (29), faz parte da mobilização para a 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (2ª Cnater), um evento do MDA organizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). Trinta propostas construídas coletivamente pelos jovens serão encaminhadas à etapa nacional.

Pronaf define futuro de jovem rural – Site do MDA. 30/03/2016.

O acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para jovens direcionou a escolha profissional de Pedro de Assis de Oliveira, 26 anos. No final deste ano, ele se forma no curso de Zootecnia e pretende dedicar-se ainda mais a produção de mel.

Essa história começou em 2005, quando ele e o pai resolveram investir na produção de mel, sem recursos financeiros. Cinco anos depois, em 2010, Pedro conseguiu o empréstimo de R\$ 6,5 mil, via Pronaf/Jovem, e o negócio familiar, que não rendia muito, deslanchou. Foi a partir daí, que Pedro resolveu aperfeiçoar seus conhecimentos sobre apicultura e ingressar na faculdade.

Com o empréstimo, o jovem agricultor conta que foi possível comprar tudo o que era necessário para o apiário, como equipamentos de proteção individual completos e caixas de abelhas. Atualmente, o mel é o carro-chefe dos produtos da propriedade. “O mel é responsável por 70% da nossa renda. Produzimos nove mil quilos por ano. Temos 60 caixas, cada uma com até 60 mil abelhas”, fala Pedro.

O mel é comercializado para Cooperativa da Agricultura Familiar Indígena e Assentados do Nordeste Brasileiro (COODAPIS), por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Na época da colheita, Pedro, o pai e mais quatro irmãos vão ao campo recolher o produto.

A propriedade dos Oliveira fica no município Manari, localizado no Sertão de Moxotó, em Pernambuco. É lá que a família também cultiva macaxeira, o ano todo, e grãos, como feijão e milho, quando as condições climáticas são favoráveis.

O jovem quita o empréstimo do Pronaf em 2018. “Tive carência de três anos antes de começar a pagar as parcelas. Com a venda do mel, consigo pagar em dia o empréstimo e ainda sobra dinheiro. Foi um bom investimento”, analisa.

Curso de Zootecnia

Encantado pela apicultura, Pedro resolveu ingressar na faculdade de Zootecnia em 2011. No final deste ano, ele conclui o curso e pretende continuar aperfeiçoando o processo de produção do mel. Ele também é técnico em agropecuária. “Quero fazer mestrado ou especialização na área. Pretendo investir na apicultura migratória. A técnica consiste em movimentar as caixas de abelhas, conforme os lugares onde choveu e tem florada. Assim conseguirei produzir mel o ano todo”, explica.

Caixas de abelhas feitas de cimento

O que Pedro aprendeu na roça com o pai, ele aperfeiçoa com a parte científica do curso de Zootecnia. Em parceria, os dois desenvolveram uma caixa de abelhas feita com cimento. A ideia foi do pai para reduzir os custos iniciais de produção, já que as caixas tradicionalmente são feitas com madeira. Para o jovem, ficou a parte de pesquisa e redação de um parecer técnico sobre o assunto. “Estou investigando a temperatura e umidade da caixa de cimento para saber se realmente é viável. Das 60 caixas que temos, 10 são de cimento”, comenta.

Outra invenção paternal investigada por Pedro, é o melhor posicionamento para colocação dos apiários. “O meu pai pegou uma caixa e furou os quatro lados, para saber por qual deles as abelhas entrarão. Eu estou fazendo o estudo científico do caso. O meu pai tem as ideias e as comprovo”, finaliza.

Plano Safra ganha destaque em reunião do Consea. Flávia Dias – Site do MDA. 30/03/2016.

As diretrizes do Plano Safra 2016/2017 foram apresentadas, na tarde desta quarta-feira (30), durante a XXI Plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), realizada no Palácio do Planalto. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, foi representado, pelo secretário da Agricultura Familiar do MDA, Onaur Ruano, que expôs pontos que serão contemplados no novo Plano Safra.

Conforme Ruano, o Plano tem evoluído e tem como objetivo ser a agenda da agricultura familiar para o próximo ano safra. As propostas do Plano foram construídas, desde o início, com a participação de outros ministérios e órgãos públicos.

Ele adianta que o foco do 14º Plano Safra, período 2016/2017, são produtos da cesta básica de alimentos. A ideia é estimular os agricultores familiares a cultivarem alimentos que estão presentes diariamente na mesa dos brasileiros, como feijão, arroz, mandioca, entre outros. “A ideia é articular uma série de ações protetoras, mobilizadoras e fomentadoras, para a produção da agricultura familiar, que possibilitem condições de produção e que colaborem também para segurar a inflação”, explicou Ruano ao ressaltar que hoje o Brasil importa feijão da China. “Queremos que os produtores familiares voltem a produzir feijão.”

Livro: Superação da Fome e da Pobreza Rural

Durante a plenária, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) lançou o livro ‘Superação da Fome e da Pobreza Rural – Iniciativas Brasileiras’. A publicação reúne 13 programas estruturantes, implantados pelo governo brasileiro, entre os anos de 2003 e 2013, que resultaram na saída do país do Mapa da Fome em 2014.

Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil, que fez o lançamento da publicação em português, destacou que a obra visa orientar outros países na construção de políticas de combate à fome. “Não foi tarefa fácil selecionar as experiências que seriam publicadas, diante de tantas políticas valiosas. Por isso, escolhemos as que estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que estabelecem que as experiências devem estar interligadas na esfera social, político-institucional, econômica e ambiental”, explicou.

O livro traz experiências dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Saúde e Meio Ambiente. Estão presentes na publicação políticas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

A versão em espanhol da publicação já havia sido apresentada na 34ª Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) para América Latina e o Caribe, realizada na Cidade do México, no início de março, deste ano. No momento, o livro está sendo traduzido para o inglês.

Assentadas catarinenses recebem crédito para investir em projetos produtivos – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/03/2016

Setenta e cinco assentadas do Planalto Norte catarinense assinaram, dias 22 e 23 de março, contratos para liberação do crédito Fomento Mulher, que garantem o investimento de R\$ 3 mil em projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote da reforma agrária.

Foram beneficiadas 40 mulheres nos assentamentos Putinga e Jangada, no município de Calmon, e outras 35 nos assentamentos Perdiz Grande, Cristo Rei, Vida Nova, São Roque II e Nova Cultura – todos em Timbó Grande. Todas atenderam aos pré-requisitos de estar em dia com o cadastro no Incra, serem atendidas pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), constarem no Cadastro Único e ter um projeto elaborado e pré-aprovado.

A liberação dos recursos deverá acontecer em cerca de 15 dias, quando as beneficiárias poderão sacar o dinheiro em cartões já providenciados pelo Banco do Brasil. A partir daí, será dado início aos projetos, que preveem investimentos no cultivo protegido de hortaliças (estufa), na apicultura, bovinocultura de leite, avicultura e suinocultura.

Nos atos de assinatura - ocorridos dia 22 de março em Calmon e dia 23 em Timbó Grande -, servidores do Incra/SC e equipes de ATER estiveram presentes para orientar as assentadas sobre as regras dessa linha de crédito. Na ocasião, foi esclarecido como será feito o ressarcimento ao Incra, com 80% de desconto e juros de 0,5% ao ano sobre o valor concedido, o que equivale à quantia de R\$ 615,00 para pagamento no prazo de um ano.

Ainda este ano, outras assentadas desses municípios poderão ser beneficiadas com o crédito, assim como mulheres dos assentamentos de Rio Negrinho e Matos Costa, próximos focos de atuação do setor de crédito do Incra/SC.

Ministério pede dedução de despesas financeiras do Imposto de Renda para cooperativas. Ana Carolina Oliveira – Site do MAPA. 30/03/2016.

Medida também deve ser aplicada à Contribuição Social sobre Lucro Líquido, defende a ministra Kátia Abreu

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) propõe a dedução das despesas financeiras na cobrança de Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) sobre as receitas de aplicações financeiras obtidas por todas as cooperativas brasileiras. O pedido foi feito ao ministro da Fazenda, Nelson Barbosa.

Segundo a ministra Kátia Abreu, o sistema cooperativo brasileiro precisa ser tão competitivo quanto os outros segmentos da economia. No documento enviado à Fazenda, a ministra observa que, para as outras entidades empresariais, se considera como base de cálculo o resultado financeiro, ou seja, as receitas deduzidas das despesas financeiras – o que não acontece com as cooperativas.

A ministra destaca a importância do sistema cooperativo brasileiro: 11 milhões de associados, atuação em 13 ramos de atividades e mais de 320 mil empregos diretos. Em 2013, as exportações das cooperativas alcançaram US\$ 6 bilhões. Do total, 90% são provenientes da agropecuária.

Kátia Abreu argumenta ainda que a impossibilidade de dedução das despesas financeiras “fere os princípios de isonomia e capacidade contributiva das cooperativas”. Isso, acrescenta, provoca distorção no mercado, já que a tributação sobre as cooperativas acaba sendo mais onerosa.

De acordo com a ministra, no caso das cooperativas de créditos, que são regulamentadas pelo Banco Central, as aplicações financeiras são serviços que fazem parte de sua atividade-fim. Tanto é assim, enfatiza, que elas estão autorizadas a aplicar os recursos no mercado financeiro, desde que observem as restrições legais.

A ministra diz ainda que a jurisprudência, já consolidada no Superior Tribunal de Justiça (STJ), reconhece a não incidência de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins sobre os resultados das

aplicações financeiras das cooperativas. “Essas entidades só estão autorizadas a aplicar no mercado financeiro recursos oriundos de seu quadro social. “Desta forma, toda a aplicação financeira de uma cooperativa de crédito constitui ato cooperativo”, reforça Kátia Abreu.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrgio, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa